

PADRÃO DEFINITIVO DE RESPOSTA APÓS RECURSO

PROVA ESCRITA

CERTAME	Concurso Público de Provas e Títulos para Professor de Ensino Superior
EDITAL	Editais nº 001/2026
CARGO / CURSO	Professor Titular do Ensino Superior: História
TEMA	3. História do Brasil: Colônia, Império e República

QUESTÃO DISCURSIVA

A formação histórica do Brasil foi marcada por profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais desde o período colonial até a consolidação da República. A análise dessas diferentes etapas permite compreender a continuidade e as rupturas presentes na formação da sociedade brasileira, bem como os impactos de processos como a escravidão, a construção do Estado nacional e as mudanças nos regimes políticos. Considerando os principais processos históricos do Brasil, como as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas nos períodos Colonial, Imperial e Republicano contribuíram para a formação e a configuração da sociedade brasileira contemporânea, destacando as principais continuidades e rupturas entre esses períodos? A resposta deverá fundamentar-se na análise histórica dos períodos abordados, considerando diferentes perspectivas historiográficas e, quando pertinente, aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais relacionados à formação do Brasil.

PADRÃO PRELIMINAR DE RESPOSTA

A formação histórica do Brasil deve ser compreendida como processo de longa duração, marcado simultaneamente por permanências e mudanças. A passagem da Colônia ao Império e deste à República alterou instituições, regimes políticos, formas de organização econômica e repertórios culturais, mas não eliminou estruturas profundas de desigualdade. Caio Prado Júnior enfatiza a inserção mercantil da colonização; Sérgio Buarque de Holanda discute heranças sociais e políticas; Emília Viotti da Costa examina a passagem da ordem escravista à República; José Murilo de Carvalho analisa Estado e cidadania. Essas perspectivas articulam economia, poder, sociedade e cultura.

No período colonial, a ocupação portuguesa articulou conquista territorial, exploração econômica e formação de instituições destinadas a integrar a América portuguesa ao império ultramarino. A produção açucareira, a mineração, a pecuária e outras atividades responderam a conjunturas distintas, mas conservaram forte orientação para circuitos comerciais atlânticos. Na leitura de Caio Prado Júnior, o chamado sentido da colonização ajuda a explicar a centralidade da produção voltada ao mercado externo e a organização econômica dependente de interesses metropolitanos. Ao mesmo tempo, a colonização não ocorreu sobre um espaço vazio: povos indígenas possuíam sociedades, territórios e culturas próprias e responderam à conquista por negociação, deslocamento, adaptação e resistência.

A escravidão africana constituiu elemento estrutural da sociedade colonial e ultrapassou o âmbito da produção econômica. O tráfico transatlântico, o trabalho compulsório e a transformação de pessoas em propriedade sustentaram atividades rurais, urbanas e mineradoras, organizaram hierarquias sociais e produziram efeitos duradouros nas relações de poder e nas desigualdades. Ao lado da violência, desenvolveram-se variadas formas de resistência, como fugas, quilombos, irmandades, preservação e reinvenção de práticas culturais, negociações cotidianas e rebeliões. A historiografia contemporânea, representada por estudos de João José Reis e outros pesquisadores da escravidão, enfatiza a agência histórica dos escravizados e permite superar interpretações que os tratavam apenas como força de trabalho passiva.

A sociedade colonial também foi caracterizada por forte hierarquização, concentração da terra e do poder e predomínio de relações pessoais de dependência. Gilberto Freyre destacou a família patriarcal e os contatos culturais na formação social brasileira, enquanto leituras posteriores enfatizaram a violência, o racismo e as assimetrias dessas relações. A experiência colonial produziu, portanto, intensa circulação cultural e mestiçagem, mas essa diversidade ocorreu em uma ordem profundamente desigual. Essa tensão entre pluralidade cultural e exclusão social constitui uma das continuidades relevantes para a compreensão do Brasil posterior.

No final do século XVIII e início do XIX, crises do sistema colonial, circulação de ideias políticas, revoltas e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, modificaram a estrutura administrativa e

econômica da América portuguesa. A Independência de 1822 representou ruptura fundamental com o vínculo colonial e permitiu a criação de um Estado soberano. Contudo, a separação política não significou transformação imediata da estrutura social. A monarquia, a grande propriedade e a escravidão permaneceram, assim como a exclusão da maior parte da população dos mecanismos formais de participação. A Independência foi, assim, mudança política decisiva que preservou componentes centrais da ordem anterior.

O Império organizou a construção do Estado nacional por meio da Constituição de 1824, da monarquia constitucional e de mecanismos de centralização política, embora tenha convivido com disputas entre projetos de poder e revoltas regionais. O período regencial evidenciou conflitos acerca da autonomia provincial e da unidade territorial, enquanto o Segundo Reinado consolidou instituições estatais e ampliou a integração política do território. José Murilo de Carvalho chama atenção para o papel das elites na formação do Estado imperial e para as restrições da participação política. A construção da nacionalidade e das instituições representativas ocorreu, portanto, sob forte desigualdade de acesso ao voto e ao poder.

Na economia imperial, a expansão do café fortaleceu novas regiões produtoras e intensificou a integração do Brasil ao mercado mundial. Ao longo do século XIX, ferrovias, crédito, imigração e atividades urbanas contribuíram para mudanças econômicas, mas a escravidão permaneceu decisiva até 1888. A pressão do movimento abolicionista, a resistência dos próprios escravizados, mudanças internacionais e transformações econômicas enfraqueceram progressivamente o regime escravista. Emília Viotti da Costa ressalta que a Abolição e a crise do Império precisam ser compreendidas em conexão com mudanças sociais e políticas mais amplas. A Lei Áurea rompeu juridicamente com a escravidão, mas não foi acompanhada de políticas capazes de garantir terra, renda, educação ou reparação à população liberta, favorecendo a continuidade de desigualdades raciais.

A Proclamação da República, em 1889, substituiu a monarquia por um regime republicano e, com a Constituição de 1891, instituiu federalismo, presidencialismo e novas relações entre União e estados. A ruptura institucional, contudo, não democratizou imediatamente a sociedade. Durante a Primeira República, oligarquias regionais, práticas de coronelismo, restrições eleitorais e exclusões políticas limitaram o exercício da cidadania. Ao mesmo tempo, urbanização, imigração, expansão do trabalho livre e crescimento de movimentos operários transformaram a vida social. Revoltas urbanas e rurais revelaram conflitos entre projetos de modernização estatal e experiências populares, demonstrando que a República se consolidou em meio a disputas pela inclusão política e social.

A Revolução de 1930 e a Era Vargas produziram nova reorganização do Estado, com maior centralização administrativa, incentivo à industrialização e institucionalização de direitos trabalhistas. A criação de estruturas de regulação do trabalho ampliou a presença estatal nas relações sociais e incorporou segmentos urbanos ao sistema de direitos, embora de modo controlado e seletivo. O Estado Novo, entre 1937 e 1945, combinou modernização administrativa e econômica com autoritarismo, censura e restrição das liberdades políticas. A experiência varguista evidencia a coexistência entre modernização, concentração de poder e cidadania incompleta.

Entre 1945 e 1964, a redemocratização ampliou a competição partidária, o debate público e a mobilização social, em um contexto de industrialização acelerada, urbanização e políticas desenvolvimentistas. Entretanto, desigualdades regionais, concentração fundiária, inflação e conflitos sobre reformas sociais permaneceram. O golpe de 1964 instaurou uma ditadura que restringiu direitos, suprimiu garantias políticas, perseguiu opositores e utilizou censura e repressão. O período também conheceu crescimento econômico e modernização produtiva com distribuição desigual de benefícios. A oposição e os movimentos sociais contribuíram para a abertura política.

A redemocratização culminou na Constituição de 1988, que ampliou direitos civis, políticos e sociais e consolidou instituições democráticas. A ordem constitucional reconheceu direitos sociais, fortaleceu garantias fundamentais e ampliou mecanismos de participação, constituindo ruptura importante com o autoritarismo anterior. Contudo, a democracia convive com permanências históricas, como desigualdade de renda, concentração fundiária, racismo estrutural, violência, assimetrias regionais e dificuldades de acesso efetivo a direitos. Na perspectiva de José Murilo de Carvalho, a cidadania brasileira foi construída de modo desigual e descontínuo, o que ajuda a explicar a distância entre direitos formais e sua realização social.

As transformações culturais também atravessam os três períodos. A colonização produziu encontros, conflitos e recomposições entre matrizes indígenas, africanas e europeias; o Império mobilizou símbolos, instituições e narrativas para construir uma identidade nacional; a República ampliou meios de comunicação,

escolarização, culturas urbanas e disputas sobre memória e pertencimento. A cultura brasileira contemporânea resulta dessas múltiplas experiências, não de uma síntese homogênea. A valorização de histórias indígenas e afro-brasileiras, assim como a crítica a narrativas centradas apenas nas elites políticas, demonstra a renovação da historiografia e amplia a compreensão dos sujeitos que participaram da formação do país.

Em síntese, Colônia, Império e República articulam rupturas institucionais relevantes com continuidades sociais de longa duração. A Independência rompeu a subordinação colonial, mas preservou a escravidão e a concentração de poder; a Abolição extinguiu juridicamente o trabalho escravo, mas não eliminou desigualdades raciais; a República alterou o regime político, porém demorou a universalizar a cidadania; a Constituição de 1988 consolidou direitos democráticos, embora persistam obstáculos históricos à sua efetivação. As contribuições de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Emília Viotti da Costa, José Murilo de Carvalho, Gilberto Freyre, João José Reis e outros historiadores mostram que a sociedade brasileira contemporânea é resultado de processos complexos em que economia, Estado, relações sociais, cultura, conflito e resistência se transformam sem apagar integralmente heranças do passado.

OBSERVAÇÃO

O presente padrão de resposta possui caráter referencial e orientador, indicando os conteúdos essenciais esperados, sem exigir reprodução literal. Serão admitidas formulações equivalentes, desde que tecnicamente consistentes, pertinentes ao comando da questão, devidamente fundamentadas e compatíveis com os critérios previstos no edital. A correção considerará o conteúdo efetivamente apresentado pelo candidato, sendo aceitas abordagens distintas deste padrão, desde que demonstrem domínio do tema e atendam adequadamente ao enunciado.